



FOSMA



POSICIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DA PROVÍNCIA DE MAPUTO

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da implementação do programa DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO (DNI), a Plataforma da Sociedade Civil da Província de Maputo (FOSMA) reunida em mesa-redonda no dia 31 de Agosto elaborou o seguinte posicionamento sobre o processo de revisão dos 10 temas que compõem o DNI. A mesa-redonda, intitulada, “Construindo Pontes para materialização do Diálogo Nacional Inclusivo” contou com a presença de 27 participantes, incluindo consultores (veja a lista dos participantes).



Posto Administrativo de Ressano Garcia - Província de Maputo

2. RECOMENDAÇÕES

As recomendações foram sistematizadas de acordo com os 10 temas abaixo.

2.1. ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS

A plataforma constatou que o actual sistema político moçambicano concentra poderes excessivos no Presidente da República, o que fragiliza o princípio da separação de poderes. O Presidente acumula funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança e presidente do Conselho de Ministros. Além disso, nomeia livremente ministros, governadores provinciais, magistrados judiciais, chefias militares e dirigentes de empresas públicas sem escrutínio parlamentar.

Recomendações:

- ❖ Separar as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, atribuindo ao Primeiro-Ministro poderes executivos reais. Extinguir o sistema presidencialista.
- ❖ Submeter as nomeações de altos cargos do Estado à aprovação da Assembleia da República.

- ❖ Recomendar que cada órgão deve escolher o seu membros através dos seus pares (Ex: Conselho Universitário nomear o seu Reitor.
- ❖ Garantir que os recursos públicos não são utilizados para campanhas partidárias.

2.2. ASSUNTOS ELEITORAIS

O FOSMA também constatou que o sistema eleitoral Moçambicano tem sido marcado por desconfiança, contestação de resultados e alegações de parcialidade institucional. A influência dos partidos políticos, em particular do partido no poder, sobre a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), compromete a credibilidade do processo.

Recomendações:

- ❖ Reformar a CNE e o STAE para garantir independência institucional, com membros selecionados por mérito e não por indicação partidária.
- ❖ Assegurar a publicação de editais eleitorais em cada mesa de voto e a disponibilização digital imediata dos resultados e resultados em 7 dias.
- ❖ Permitir a participação plena de observadores eleitorais nacionais e internacionais, sem restrições políticas.
- ❖ Modernizar o recenseamento eleitoral com sistemas biométricos fiáveis e auditáveis.

2.3. ASSUNTOS FISCAIS

A FOSMA tem acompanhado que a trajetória recente de exploração de recursos e de crescimento não tem sido acompanhada por sistemas robustos de transparência fiscal nem por redistribuição eficaz das receitas. Casos passados de dívida pública e concessões opacas abalam a confiança e aumentam vulnerabilidades macro-fiscais.

Recomendações

- ❖ Obrigatoriedade de publicação integral e padronizada de contratos de concessão, termos de referência e adendas; publicação regular de relatórios de receitas e pagamentos por projecto.
- ❖ Fortalecer a Autoridade Tributária com equipas especializadas, intercâmbio automático de informação e plataformas electrónicas de declaração/controlo.
- ❖ Criar fundos para zonas afectadas por exploração, com gestão partilhada entre Estado, governos locais e representantes comunitários.
- ❖ Transparência obrigatória em aquisições públicas, plataformas de concursos electrónicas e mecanismos de denúncia e protecção para informadores.



2.4. ASSUNTOS ECONÓMICOS

O crescimento em sectores específicos (hidrocarbonetos, mineração), porém sem transformação estrutural suficiente para criar emprego formal e reduzir desigualdades é um desafio. A capacidade de aproveitar megaprojectos para desenvolvimento local tem sido limitada. E continua dependente de exportações de recursos naturais e vulnerável a choques externos.

Recomendações

- ❖ Definição de um plano de industrialização focado em agro-processamento, manufactura e economia azul, com metas e indicadores mensuráveis.
- ❖ Lei que proíbe a exportação da matéria prima em forma bruta
- ❖ Aprimorar a legislação e contratos que definam quotas de contratação local, formação profissional vinculada a projectos e obrigações de transferência tecnológica (conteúdo local).
- ❖ Programas de aprendizagem que incluem estágios obrigatórios em grandes projectos com objectivos de colocação de mão de obra jovem.
- ❖ Condicionar benefícios fiscais a critérios de criação de emprego, protecção ambiental e investimento em comunidades afectadas.

2.5. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DESPARITIDARIZAÇÃO

A eficácia do serviço público e a confiança das populações são prejudicadas por práticas de clientelismo, nepotismo e nomeações políticas que fragilizam a administração e geram ineficiências. Esta situação mina a confiança dos cidadãos nas instituições.

Recomendações:

- ❖ Implementar concursos públicos transparentes e baseados no mérito.
- ❖ Garantir a formação contínua dos funcionários públicos em ética e serviço ao cidadão.

- ❖ Proibir o uso de bens públicos para fins partidários e aplicação de sanções administrativas e criminais claras, com auditorias periódicas.
- ❖ Reforçar a fiscalização do artigo 53 da CRM que proíbe a participação política nas instituições públicas
- ❖ Estabelecer canais de denúncia para reportar os casos de adesão obrigatória a partidos políticos
- ❖ Elaboração da lei da probidade no aparelho de Estado, Polícia e Exército que vai ajudar em parte a escutinar os recrutamentos.

2.6. RECURSOS NATURAIS

Moçambique possui vastos recursos naturais, mas a exploração tem gerado conflitos, reassentamentos injustos e pouca melhoria na qualidade de vida das populações locais.

Recomendações:

- ❖ Rever a Lei de Terras para proteger os direitos das comunidades e garantir consultas livres, prévias e informadas e acomodar pessoas de baixa renda
- ❖ Publicar todos os contratos de concessões mineiras, florestais e de hidrocarbonetos
- ❖ Criar mecanismos de partilha equitativa dos benefícios com as comunidades afectadas.
- ❖ Fiscalizar o reassentamento e indemnização das comunidades através de normas claras, prazos e mecanismos de recurso e monitoria por actores independentes da SC.
- ❖ Fazer estudos aprofundados dos solos para acomodar pessoas em locais seguros e sensíveis a mudanças climáticas

2.7. DEFESA E SEGURANÇA

A crise de segurança em Cabo Delgado, o crime urbano e a percepção de impunidade exigem uma reforma profunda no sector da defesa e segurança e incidentes noutras províncias evidenciam lacunas no desenho

institucional, na coordenação interagências e na subordinação ao controlo civil com respeito pelos direitos humanos.

Recomendações:

- ❖ Formação e direitos humanos: Programas obrigatórios de formação contínua em direitos humanos, proteção de civis e interação com populações deslocadas e mulheres
- ❖ Reforçar os programas de reintegração dos desmobilizados.
- ❖ Profissionalizar e modernizar o exército e continuar com as parcerias
- ❖ Assegurar a participação feminina nas posições de tomada de decisão nas FDS.
- ❖ Prevenir o abuso de mulheres nos acampamentos militares e assegurar um sistema de monitoria mulheres e rotatividade.

2.8. JUSTIÇA

A confiança no sistema judicial é abalada por morosidade, percepções de interferência política e insuficiente acesso à justiça para camadas vulneráveis da população. Destacou-se: (i) Carência de infra-estruturas judiciais e pessoal técnico; (ii) Processos longos e complexos; (iii) Influência política em nomeações chave; e (iv) Baixa cobertura de assistência jurídica gratuita.

Recomendações:

- ❖ Aumentar o número de tribunais distritais e garantir acesso equitativo à justiça.
- ❖ Garantir a independência do Ministério Público e acelerar o julgamento de casos de corrupção de grande escala.
- ❖ Independência e nomeações: Procedimentos públicos e concursos para juizes e procuradores; mandato e proteções institucionais para o Conselho Superior da Magistratura.
- ❖ Assegurar a monitoria das empresas de advocacia para o cumprimento da sua parte social
- ❖ Assegurar a independência financeira

ra e alocação de mais recursos para IPAJ

- ❖ Incluir no currículo escolar a disciplina da ética desde o ensino primário.

2.9. RECONCILIAÇÃO E UNIDADE NACIONAL

Embora exista um quadro formal de paz, persistem feridas históricas, desigualdades e memórias não resolvidas que podem alimentar instabilidade futura se não forem abordadas de forma institucional e inclusiva.

Recomendações:

- ❖ Instalar a Comissão Nacional de Verdade, Memória e Reconciliação sendo um organismo independente para apurar responsabilidades, recomendar medidas de reparação e propor reformas institucionais, com mandato temporal e proteções legais.
- ❖ Incutir o espírito de perdão, justiça restaurativa nas comunidades com apoio das OSC. Religiosos e nas instituições competentes (tribunais)
- ❖ Programas de DDR ligados a oportunidades económicas, formação e apoio psicológico, desenvolvimento local e monitoria por actores independentes.
- ❖ Instaurar plataformas de diálogo local e nacional com participação de mulheres, jovens e minorias para resolução de conflitos e formulação de políticas públicas.
- ❖ Criar plano de desenvolvimento a medio e longo prazo e apoiar os núcleos de pesquisa. Garantir que haja verdade através da acção dos tribunais também.



2.10. DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

A descentralização, formalmente prevista em sucessivos diplomas, encontra-se limitada na prática por transferências financeiras insuficientes, competências mal definidas e falta de capacidade técnica a nível local. Destacamos: (i) Sobreposição de competências entre níveis de governo; (ii) Recursos financeiros e humanos inadequados para executar competências transferidas; (iii) Nomeações políticas de executivos locais que fragilizam legitimidade e responsabilização.

Recomendações:

- ❖ Transferir competências reais e recursos financeiros para os governos provinciais e distritais.
- ❖ Clarificar o papel dos Governadores eleitos e dos Secretários de Estado nomeados.
- ❖ Fortalecer os Conselhos Locais como espaços de participação cidadã.
- ❖ Garantir mecanismos legais que assegurem transferência automática de receitas atribuídas por lei (percentagens de IVA, royalties, fundos de desenvolvimento local), com fórmulas transparentes e estáveis.
- ❖ Autonomia orçamental e fiscal limitada: Conferir aos governos locais autonomia para gerir parte do orçamento e capacidade de mobilizar receitas próprias dentro de regras nacionais.

3. CONCLUSÃO

O FOSMA assume que as recomendações acima são complementares e interdependentes: um sistema constitucional equilibrado, eleições credíveis, finanças públicas transparentes, administração pública profissional e partilha justa de receitas dos recursos naturais são pré-requisitos para estabilidade política, crescimento inclusivo e governação legítima.

